



## **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS**

---

### **ABGLT - por uma política nacional LGBT e por mais democracia!**

A ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - é uma entidade de abrangência nacional, fundada em 1995, que atualmente congrega 308 organizações congêneres de todos os estados do país e tem como objetivo a defesa e promoção da cidadania desses segmentos da população e da democracia.

Acreditamos ser necessário e urgente que as questões LGBT, da diversidade sexual e de gênero, se reposicionem na agenda dos Direitos Humanos e da democracia no país. Compusemos a organização nacional e em diversos níveis locais, assim como mobilizamos o conjunto de afiliadas, para mais esse momento de realização, sobretudo, das Conferências Nacional LGBT e Nacional dos Direitos Humanos.

Sabemos que só participando da democracia, ocupando seus instrumentos criados a partir de muita luta, que será possível avançar no sentido de uma política que garanta a vida digna a qual todas merecemos. Apostamos no Brasil enquanto um país que pode ser mais fraterno, humano e solidário para todas as pessoas que aqui vivem. Lutamos pelo bem viver como direito de toda/o qualquer cidadã/o e não acreditamos que ele possa mais ser rifado de nenhuma forma.

Aprovamos nas duas primeiras conferências LGBT o fortalecimento de estruturas e organismos de políticas LGBT (Conselhos, Coordenações e Planos) a qual denominamos Tripé da Cidadania LGBT. Tivemos após a segunda etapa o lançamento do Sistema Nacional LGBT. Vimos que a criação destes instrumentos contribuíram para existirmos de maneira mais orgânica dentro da estrutura estatal. Contudo, sem orçamento e capacidade de gestão seguimos imersos num doloroso cenário de violência, desrespeito e abuso do mais variado grau.

Não acreditamos que seja possível mais fazer política e gestão pública sem considerar a emergente condição, e contribuição, das agendas de direitos humanos para um projeto de desenvolvimento nacional. Sabemos que somente onde caiba a diversidade de nosso povo ou onde se traduza a nossa pluralidade de ideias, estilos de vida, etc, é que teremos democracia. Não acreditamos que seja possível existir desenvolvimento do país sem considerar a necessidade urgente de investimentos orçamentários, financeiros e políticos no conjunto de agendas e direitos, que a partir do último período foram mais sistematicamente reconhecidos e/ou criados.

É preciso revisitar o que entendemos por sociedade civil organizada e por controle e participação social. Ou melhor, precisamos entender como anda a sociedade civil organizada nos dias atuais. Temos um cenário dramático onde as organizações diminuíram, tendo poucos grupos em atuação, com a maioria descapitalizada e sem projetos. Temos dado o desafio de sairmos do caminho sem rumo que nos metemos. Apostamos, é verdade, todas as fichas no modelo verticalizado e institucionalizados das ONGs. Acertamos durante um determinado momento da história. Contudo, boa parte delas tornou-se protagonista de movimentos sociais a partir da sustentação em estruturas burocratizadas e que não dialogam nem com a base social que dizem representar e muito menos com outros setores, atores e agendas sociais e democráticas.



## **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS**

---

Nunca tivemos tantos espaços para permitir a ampla participação social. Conselhos, comitês técnicos e outras instâncias de diálogo constante para formulação e monitoramento das políticas públicas nunca foram tão existentes no funcionamento do estado brasileiro. Contudo, sua tomada por uma perspectiva governista e a penalização de toda e qualquer crítica a uma posição, supostamente, anti-governista além de ser pouco honesta intelectualmente não tem contribuído para que estes espaços cumpram uma função social importante de diálogo qualificado sobre a vida de milhões de pessoas. É necessário repensar o pacto ético e político das organizações sociais nestas instâncias. O fratricídio (ou o peleguismo, por parte de alguns) não nos salvou até aqui e não nos salvará.

É importante termos atenção para não focar em lutas que se voltem contra nós depois. É necessário pensar com cautela e, sobretudo, ouvir as muitas opiniões existentes hoje no campo da criminalização da homo-lesbi-transfobia. Apostar em processos que fortalecem a lógica penal pelo viés da privação de liberdade podem ser problemáticos pela cultura de seletividade racial, de classe e gênero na aplicação das leis.

Quando queremos mais segurança, não desejamos ver essa agenda se traduzir em mais dinheiro apenas para a violência institucional contra nós mesmas. Precisamos de uma segurança pública que aposte na positiva, na superação pela capacidade de diálogo democrático e pedagógico, no lugar de violento e disciplinar que sirva à aniquilação da diferença.

Desmilitarizar as estruturas de segurança e apostar na formação de seus profissionais para respeitar os direitos humanos precisa ser garantido como um horizonte paradigmático. O foco na militarização, nas chacinas promovidas pelos agentes da lei contra os movimentos sociais e a população, não pode ser mais a alternativa de vida segura e saudável. Quando jogamos apenas peso na alternativa de privar a liberdade do outro e de armar pessoas para coibir com mais violência as violações contra nós não sobra espaço e nem dinheiro para programas de direitos humanos que nos garantam de fato uma vida melhor.

O modelo que temos hoje de viver e organizar a política, no Estado ou para além dele, já está agonizante! O golpismo arquitetado no processo de votação inconstitucional do impedimento da presidenta da república deixou ainda mais nítido isso. É necessário pensar as novas formas de organização e participação num contexto tão complexo como o que estamos vivendo agora. Temos que nos debruçar sobre o desenho e formulação de novas formas de participação democráticas ou se assim acreditarmos em novas formas de representação dentro e fora das instituições políticas.

Acreditamos e estimulamos a criação de coletivos horizontalizados, montados nos territórios, com intersecção nas agendas. Temos nitidez que isso nos ajuda. Temos uma série de marcadores identitários que nos compõe enquanto pessoas. Essas coletividades precisam ser vista por um olhar priorizado na formulação e execução das políticas públicas, assim como da renovação das organizações políticas novas e mais históricas.

Precisamos qualificar a participação e refinar o controle social nos espaços públicos. Utilizar os estudos feministas, raciais, da diversidade sexual e de gênero, que somem a horizontes da esquerda progressista, para qualificar nossas compreensões e intervenções. É necessário pensar como a



## **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS**

---

institucionalidade deve absorver de maneira ainda mais responsável a garantia de nossas vidas. Este papel precisa ser desempenhado pela provocação criativa e qualificada das nossas necessidades mais emergentes.

É fundamental haver um tema aglutinador para uma luta nacional, uma agenda coletiva e que aqui defendemos como sendo a despatologização das identidades trans e sua consequente priorização um horizonte emergente neste momento. Precisamos fazer uma reparação histórica com nossas companheiras e companheiros trans. A misoginia dentro e fora da nossa comunidade é forte. Repetimos e nos privilegiamos das prerrogativas do mundo cis masculino heterossexual branco. Perceber isso em nosso cotidiano e desconstruí-lo é dar o exemplo para que a sociedade também avance neste sentido.

Da mesma forma perceber como as expressões de identidade e movimentações queers têm nos demonstrado um novo e potente caminho para aglutinar corações e mentes à luta. Nos aproximar, compreender e aliar com estas movimentações no Brasil faz parte de um caminho já seguido há algum tempo por outras organizações internacionais LGBT.

É necessário retomar o pacto nacional de enfrentamento a violência contra as pessoas LGBT desenhado no Sistema Nacional LGBT a partir de 2013. Este pacto, que ainda carece de uma normativa mais orientadora de seus pressupostos e diretrizes, necessita centralmente garantir a vida, na sua plenitude, como um esforço de governos e sociedade civil organizada. Esta atualização precisa ser condensada em novas normativas, que sejam o horizonte da Política Nacional LGBT - Sistema Nacional LGBT, a ser nossa peça institucional orientadora do pacto e da institucionalização das políticas LGBT.

Os Centros de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT necessitam ser moldados aos tempos de hoje enquanto equipamentos de gestão mista e participativa. Eles necessitam de indução federal, cofinanciamento estadual e municipal, assim como gestão em regime de partilha com a comunidade a quem servem e território onde se instalam. Os CPPDs têm a potência de mapear a necessidade e apontar os investimentos na formação de servidores/as públicos/as. Atuar compilando dados e construindo perfis sociais das necessidades e demandas das pessoas LGBT. Apontar e gerar o fluxo institucional para os diferentes serviços e sistemas de proteção e justiça social ou segurança pública. Além disso os CPPDs precisam ser retomados como um espaço de convivência e sociabilidade, fortalecendo laços e relações que superem condições de violação de direitos. Realizar tudo isso por dentro de uma parceria de fortalecimento da participação e do controle das organizações sociais.

Perceber, por fim, que as novas mídias sociais cumprem um papel por meio das redes virtuais de articulação e mobilização hoje é imprescindível. Pensar campanhas nacionais por dentro da parceria com canais protagonizados por pessoas LGBT é determinante para a ampla difusão de informação sobre a nossa cidadania e direitos.

Sabemos que enquanto maior organização LGBT da América Latina estamos imersas em muita potência, assim como, em muitos limites e contradições. Sabemos que historicamente tivemos



**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS,  
BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS**

---

posicionamentos que pouco agradaram ou desagradaram a muitos setores e organizações. A todas, sem distinção, deixamos as nossas desculpas ao tempo em que estendemos a nossa mão e braços para caminharmos juntas. Antes de querer determinar isoladamente o posicionamento das pessoas, delegadas/os, participantes deste processo nacional das Conferências lançamos este Manifesto como um grande convite a um novo tempo que nos vemos desafiadas/os. Nossa democracia só seguirá de onde chegamos para o seu aprofundamento. Nossos direitos só seguirão sendo garantidos. Seguiremos em Marcha e em luta. Até que sejamos verdadeiramente livres. Boa conferência a todas nós. Pela Política Nacional LGBT e pela Democracia! Venceremos!

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS  
- ABGLT**